

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.307
DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025

**(Projeto de Lei Complementar nº 82/2023 – Autor: Vereadora Débora Alves
Camilo e outros)**

***INSTITUI O PROTOCOLO NÃO SE CALEM
PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE
PROTEÇÃO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE
RISCO OU VIOLÊNCIA SEXUAL NOS
ESPAÇOS DE LAZER QUE ESPECIFICA, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

ROGÉRIO SANTOS, Prefeito Municipal de Santos, faço
saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 09 de outubro de 2025 e
eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.307

Art. 1º Fica instituído o “Protocolo Não se Calem” que
estabelece a obrigatoriedade de implementação, pelos espaços de lazer, de medidas de
proteção a mulheres em situação de risco ou violência sexual nas dependências de seus
estabelecimentos.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei Complementar
consideram-se:

I - espaços de lazer: casas noturnas, baladas e festas,
inclusive as universitárias e estudantis, festivais de artes e shows, casas de shows,
museus, teatros, restaurantes, bares, hotéis, hospedarias e quaisquer espaços de
convivência, ambientes destinados ao entretenimento e diversão e demais
estabelecimentos congêneres;

II – VETADO.

Art. 2º A fim de observar o “Protocolo Não se Calem”, os espaços de lazer devem adotar ações de prevenção e acolhimento a potenciais vítimas de situações de risco ou violência sexual nas dependências de seus estabelecimentos.

§ 1º Consideram-se ações de prevenção de que trata o *caput* deste artigo aquelas que contemplem:

I – afixação de placas de fácil visualização com orientações e canais de denúncia para casos de situações de risco ou de violência sexual;

II - disponibilização de material informativo sobre os canais de comunicação de denúncia de situações de risco ou violência sexual;

III – instalação de canais próprios, presenciais e virtuais, para recebimento de denúncias de situações de risco ou de violência sexual ocorridas no estabelecimento;

IV – elaboração e divulgação de protocolo interno voltado à prevenção, conscientização e encaminhamento de situações de risco ou de violência sexual;

V – VETADO;

VI – designação de profissional capacitado para acompanhamento de potenciais vítimas;

VII – reforço de vigilância em áreas de maior vulnerabilidade física, tais como espaços isolados ou com baixa iluminação.

§ 2º Consideram-se ações de acolhimento de que trata o *caput* deste artigo aquelas que contemplem:

I – ouvir, confortar e respeitar as mulheres em situações de risco ou violência sexual;

II – afastar e proteger a mulher do(s) agressor(es);

III – procurar pessoas de confiança indicadas pela vítima, quando houver;

IV - disponibilizar ambiente protegido para acolhimento imediato, com privacidade;

V – propiciar o acompanhamento das mulheres em situações de risco ou violência por profissional capacitado, desde o relato até seu encaminhamento;

VI – acionar imediatamente as autoridades policiais e de proteção à mulher;

VII – viabilizar o encaminhamento de denúncias às autoridades competentes com eficiência e discrição, preservando a integridade física e moral da mulher em situação de risco ou violência sexual.

Art. 3º Constatada a ocorrência de situação de risco ou violência sexual nas dependências do estabelecimento, este deverá preservar todas as evidências, adotando, no mínimo, as seguintes medidas:

I – preservar as imagens relevantes do sistema de câmeras de segurança pelo período mínimo de 30 (trinta) dias;

II – isolar a área dos fatos, garantindo acesso apenas para fins de perícia;

III – identificar e listar possíveis testemunhas do ocorrido;

IV – outras providências necessárias à elucidação dos fatos.

Art. 4º Os estabelecimentos elencados nesta Lei Complementar deverão cooperar com a apuração e investigação de denúncias de situações de risco ou violência sexual ocorridas em suas dependências, assegurando a celeridade e eficiência na coleta de provas, facilitando a identificação de testemunhas e garantindo o acesso imediato da autoridade policial às imagens dos sistemas de vigilância e a quaisquer outros meios necessários à identificação de suspeitos.

Art. 5º O descumprimento desta Lei Complementar sujeita o estabelecimento às seguintes penalidades:

I – advertência por escrito, notificando-se o infrator para sanar a irregularidade e afixar o cartaz ou placa e tomar as medidas previstas, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa;

II – não sanada a irregularidade, multa diária no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 1º O valor da multa diária de que trata o inciso II será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo.

§ 2º A critério da autoridade competente, os valores arrecadados poderão ser revertidos ao Fundo Municipal da Mulher.

Art. 6º O Poder Público, conforme sua conveniência e oportunidade, promoverá campanhas de conscientização sobre o respeito à mulher em espaços públicos e locais de grande circulação de pessoas.

GABINETE DO PREFEITO

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 04 de novembro de 2025.

ROGÉRIO SANTOS

Prefeito Municipal

Registrada no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de novembro de 2025.

ANA KARINA BLASCO

Diretora do Departamento – Em substituição